

**PROJETO DE LEI Nº 28, DE 18 DE NOVEMBRO DE 2025.**

**ACRESCENTA DISPOSITIVO À LEI MUNICIPAL Nº 619, DE 05 DE MAIO DE 2014, QUE “CRIA A GRATIFICAÇÃO POR DESEMPENHO DE SERVIÇOS VIÁRIOS”, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.**

**ARI FERNANDO JACINTO**, Prefeito do Município de Taquaral, Estado de São Paulo, no uso das atribuições que lhe são conferidas por lei,

**FAZ SABER** que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona e promulga a seguinte Lei:


**Art. 1º** Fica acrescido à Lei Municipal nº 619, de 05 de maio de 2014, o Artigo 4º-A, com a seguinte redação:

**“ARTIGO 4.º-A** – Fica o Poder Executivo autorizado a realizar o pagamento da gratificação instituída por esta Lei por meio de cartão corporativo, cartão benefício, meio eletrônico equivalente ou instrumento financeiro similar, observadas as normas de controle, fiscalização e prestação de contas fixadas em regulamento.”

**Art. 2º** As demais disposições da Lei Municipal nº 619/2014, e suas alterações, permanecem vigentes.

**Art. 3º** Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Taquaral/SP, 18 de novembro de 2025.



**ARI FERNANDO JACINTO**  
Prefeito Municipal



## JUSTIFICATIVA

**Nobres Vereadores,**

O presente Projeto de Lei tem por objetivo acrescentar dispositivo à Lei Municipal nº 619, de 05 de maio de 2014, já alterada pela norma que modificou o §1º do Art. 1º, com o propósito de modernizar o formato de pagamento da Gratificação por Desempenho de Serviços Viários.

A medida propõe autorizar o Poder Executivo a realizar o pagamento da gratificação por meio de cartão corporativo, cartão benefício ou instrumento eletrônico equivalente, ampliando a eficiência e a transparência na execução da despesa pública.

A utilização de meios eletrônicos proporciona melhor segurança e controle administrativo, além de facilitar a prestação de contas e o acompanhamento dos gastos pelos órgãos de fiscalização. Trata-se de prática alinhada às atuais diretrizes de gestão pública moderna e responsável, evitando pagamentos em espécie e fortalecendo mecanismos de auditoria.

Importante destacar que não há impacto financeiro adicional, uma vez que não se altera o valor da gratificação nem sua estrutura, mas apenas a forma de operacionalizar seu pagamento.

Diante do exposto, conclui-se que a presente atualização é medida legítima, necessária e conveniente para o aprimoramento da administração pública municipal, razão pela qual solicitamos aos Nobres Vereadores a aprovação do presente Projeto de Lei.

Taquaral/SP, 18 de novembro de 2025.



**ARI FERNANDO JACINTO**  
Prefeito Municipal